

CORREIO NACIONAL



Todas as 22 vacinas do calendário estarão disponíveis

Vacinação em áreas remotas terá R\$ 20 milhões em 2025

O Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), irá investir cerca de R\$ 20 milhões na Operação Gota 2025, que tem o objetivo de vacinar populações que vivem em áreas remotas e de difícil acesso.

A ação abrange regiões de fronteira e comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e rurais na Amazônia Legal.

Serão disponibilizadas todas as 22 vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, com exceção da

vacina contra a dengue, que não está recomendada para áreas remotas e de difícil acesso.

Criada em 1993, a Operação Gota facilita o transporte de vacinas, medicamentos e equipes de saúde e promove treinamento especializado para as equipes locais. O Ministério da Saúde coordena e financia a operação, que conta com o apoio do Ministério da Defesa, da Força Aérea Brasileira (FAB), secretarias estaduais e Secretaria de Saúde Indígena.

Pé-de-meia: 2º dia de depósito

Os participantes do Pé-de-Meia nascidos entre julho e dezembro que concluíram o ensino médio em 2024 receberam, na quarta, até R\$ 1,2 mil do programa Pé-de-Meia. O Ministério da Educação (MEC) depositou R\$ 1 mil pela aprovação no terceiro ano do ensino médio e mais R\$ 200 para quem

participou nos dois dias do Enem de 2024.

Para conferir se os valores foram creditados na conta aberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal, o estudante deve acessar o aplicativo Caixa Tem para smartphones no nome do estudante. Os valores já estão disponíveis para saque.

Saúde indígena

Os profissionais interessados em apoiar a saúde indígena no Brasil podem se inscrever gratuitamente até as 17 horas desta sexta-feira (28) para ocupar 671 vagas em 10 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

As unidades de saúde organizam e coordenam a atenção à saúde dos po-

vos indígenas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

As vagas são para os níveis técnico, médio e superior de ensino, com prioridade para os indígenas.

A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS) também selecionará profissionais para formar cadastro reserva para diversos cargos.

Adultos com ensino superior

Entre os brasileiros com mais de 25 anos, 18,4% concluíram o ensino superior. É o que mostra o Censo Demográfico de 2022, divulgado nesta quarta-feira (26) pelo IBGE.

A pesquisa mostrou avanços em relação aos censos anteriores. Em 2000, apenas 6,8% dos

adultos (com 25 anos ou mais) tinham ensino superior. Em 2010, eram 11,3%. Apesar disso, quatro em cinco brasileiros ainda não têm curso de graduação.

O pesquisador do IBGE Bruno Perez destaca que parte dessa população sem ensino superior é composta por pessoas mais velhas.

Inteligência artificial na educação

Os potenciais e os desafios das novas tecnologias na educação pública foram tema de agenda do Brics, com protagonismo do Brasil. O Ministério da Educação (MEC) organizou, na última terça-feira, 25 de fevereiro, o primeiro seminário virtual da atual presidência brasileira do

Brics-Educação.

Com o tema “Adoção ética e inclusiva da inteligência artificial na educação básica: compartilhando padrões”, o evento permitiu que os participantes conhecessem mais de perto a forma como cada país do Brics tem lidado com a pauta.

Foco na prevenção combinada

Começou nesta quarta-feira (26) a campanha publicitária do Ministério da Saúde para o Carnaval deste ano. Com o tema “Bora combinar? Prevenção no carnaval é sucesso”, a pasta reforça as diversas formas de prevenção combinada contra as Infecções Sexualmente

Transmissíveis (ISTs) disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

As propagandas serão veiculadas na televisão, rádio, painéis e mídias digitais. Praças do Rio de Janeiro, Recife e Salvador também contarão com pontos de distribuição de camisinhas.

Saúde e serviço social na busca por desaparecidos

Mais de 70 mil pessoas desapareceram no Brasil em 2024

Em 2024, mais de 70 mil pessoas desapareceram no Brasil. São homens, mulheres e crianças de todas as idades e diferentes classes sociais que saíram de casa, do serviço, da escola e nunca mais foram vistas por parentes ou amigos que, diante da falta de informações, tentam manter a esperança em meio à angústia, o medo e a um infundado sentimento de culpa.

“Alguém cujo filho ou outro parente desaparece tem toda a sua vida modificada”, explica Vera Lúcia Ranú, representante do Movimento Nacional de Familiares de Pessoas Desaparecidas.

Em novembro de 1992, a filha de Vera, Fabiana Renata, então com 13 anos, saiu de casa para ir à escola, na zona oeste da cidade de São Paulo, e nunca mais foi vista.

“Buscamos e temos direito a uma resposta”, cobrou Vera durante o evento de lançamento da segunda fase da Mobilização Nacional de Identificação de Pessoas Desaparecidas, realizada nesta quarta-feira (26), no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

Realizada em conjunto com os ministérios da Saúde e do



São pessoas de todas as idades que saíram de casa e nunca mais foram vistas

Desenvolvimento e Assistência Social, a campanha federal está organizada em três etapas.

A primeira foi deflagrada em agosto de 2024, com a coleta de amostras de material genético (DNA) de parentes de pessoas desaparecidas. E que já resultou na identificação de ao menos 35 pessoas.

“Parece pouco, mas multiplique isso por 35 famílias que voltaram a ter paz; a um rol de amigos; aos vínculos recons-

truídos”, comentou o secretário nacional de Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo, durante o evento desta manhã.

Na segunda fase da mobilização, iniciada hoje, os três ministérios envolvidos vão conduzir uma campanha cujo objetivo é orientar profissionais de saúde a assistência social que trabalham em hospitais e entidades de longa permanência a como proceder caso atendam a pessoas impossibilitadas de se

comunicar e cujas identidades sejam desconhecidas.

“Acreditamos que há muitas pessoas abrigadas nestas instituições que não conseguem dizer quem são, de onde são, e que, com isso, não conseguem rever suas famílias”, comentou Vera Lúcia Ranú, assegurando que muitos que procuram por parentes desaparecidos relatem ter batido às portas de unidades de acolhimento em busca de informações sem sucesso.

Número de crianças na creche triplica



Em 2022, quase 40% das crianças de até 3 anos cursavam

taxa de apenas 16,6%, menos da metade da média do país, o Norte aparece em último lugar.

Outro dado apresentado pelo Censo 2022 foi o percentual de crianças de 4 a 5 anos na escola, que também apresentou avanços, passando de 51,4% em 2000, para 80,1% em 2010 e para 86,7%, em 2022. Nessa faixa etária, a desigualdade regional é menor, com quatro regiões acima da média: Nordeste (89,7%), Sudeste (88,9%), Sul (86,7%) e Centro-Oeste

(80,5%). O Norte, mais uma vez, aparece na última posição mas com uma taxa de 76,2%, bem próxima da média.

A meta do PNE para essa faixa etária, de universalização do acesso à educação até 2016, tampouco foi atingida. “A gente está se aproximando dessa meta, mas ainda não atingimos 100%”, afirma a pesquisadora do IBGE Juliana Queiroz.

As taxas de frequência de crianças acima de 6 anos e de adolescentes até 17 anos tam-

bém cresceu de 2000 para 2022. As crianças de 6 a 14 anos na escola passaram de 93,1% em 2000 para 98,3% em 2022. Já os adolescentes de 15 a 17 anos matriculados passaram de 77,4% para 85,3%.

A faixa etária que não teve avanço no percentual de matrículas foi a dos jovens de 18 a 24 anos. O percentual de estudantes nessa faixa etária em relação ao total da população caiu de 31,3% para 27,7%, no período. Segundo Juliana Queiroz, no entanto, esse dado precisa ser olhado com mais atenção, uma vez que a queda foi provocada pela queda do número desses jovens cursando a educação básica.

“Nos anos 2000, entre os estudantes que frequentavam a escola aos 18 a 24 anos, a maior parte estava no ensino médio, 44,3%, seguido do ensino fundamental com 32,1%, e depois do ensino superior com 23,6%. Esse cenário se inverte agora em 2022, em que a maior parte está no ensino superior, 56,4%”, afirma Juliana.

STF

Licença-paternidade só a partir de alta hospitalar

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa aos policiais penais do Distrito Federal e garantiu o início da contagem da licença-paternidade somente a partir da alta hospitalar do bebê ou da mãe, e não a partir da data de nascimento.

Em outubro de 2022, o plenário já havia decidido que a licença-maternidade somente pode começar a ser contada a partir da alta hospitalar do bebê ou da mãe. Desde então, é a primeira vez que o Supremo estende essa decisão também para a licença-paternidade. Todos os cinco ministros seguiram o voto do relator, André Mendonça.

STJ

Direito autoral: proteção ao artista é tema de reportagem

Arte de rua, música, poesia, pintura, fotografia, produção científica, dublagem... Toda obra artística, literária ou científica é protegida pela Lei 9.610/1998, que regulamenta o direito autoral. Ela permite que o titular desse direito seja remunerado até 70 anos após a morte do autor, quando a obra entra no domínio público.

Uma reportagem especial produzida pela Coordenadoria de TV e Rádio do Superior Tribunal de Justiça mostra a arte de rua do artista plástico Toys e revela de quem é a voz do Baby, personagem da Família Dinosauro. O artista e o dublador contam que já tiveram problemas com seus direitos autorais.

TSE

Ministra: os desafios das mulheres pela igualdade

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, participou de sessão solene, nesta quarta-feira (26), no Plenário da Câmara dos Deputados, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) e à conquista do voto feminino, que foi instituído pelo primeiro Código Eleitoral, em 1932.

Ao discursar, a ministra afirmou que as mulheres não desejam ser “guerreiras” permanentemente. “Queremos ter o prazer, o gosto. Nós queremos garantir o sal, o tempero da comida e o mel de uma vida que seja realmente uma aventura, e não uma permanente luta”, disse a magistrada.

TCU

TCU identifica problemas na prestação de contas

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, na sessão plenária de quarta (26), o primeiro ciclo de acompanhamento dos incentivos fiscais previstos na Lei do Bem. A auditoria, que abrangeu o período entre 2015 e 2022, identificou problemas significativos no processo de prestação de contas das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais e constatou riscos de utilização indevida dos benefícios, além da falta de sistema eficaz de monitoramento e avaliação da política.

A Lei do Bem é considerada o principal mecanismo de estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento (PeD) no Brasil.